

FILOSOFIA

COM
**VIVIANNE
CATOLÉ**

Coruja é a ave soberana da noite. Para muitos povos a coruja significa mistério, inteligência, sabedoria e conhecimento. Ela tem a capacidade de enxergar através da escuridão, conseguindo ver o que os outros não veem.

A coruja simboliza a reflexão, o conhecimento racional e intuitivo. Na mitologia grega, Atena, a deusa da sabedoria, tinha a coruja como símbolo. A palavra inglesa para definir coruja é owl.

Os gregos consideravam a noite o momento propício para o filosófico. Pela sua característica de animal notívago (reconhecido pelos gregos como símbolo da busca pelo conhecimento).

Havia uma tradição que dizia que quem conversava com os deuses de previsão e clarividências, morava sob a coruja.

Enquanto todos dormem a coruja é vigilante e atenta aos barulhos. Em muitas culturas uma poderosa e prestativa.

A coruja tem a particularidade de observar algo ao menor movimento. As corujas são aves exímias caçadoras.

uma das
coruja-buraqueira, que tem esse nome porqu
vezes a coruja-buraqueira utiliza

FILOSOFIA MORAL

IMPERATIVO CATEGÓRICO E UTILITARISMO

UTILITARISMO

O utilitarismo é uma doutrina que avalia a moral e, sobretudo, as consequências dos atos humanos. Caracteriza-se pela ideia de que as condutas adotadas devem promover a felicidade ou prazer do coletivo, evitando assim as ações que levam ao sofrimento e a dor.

Agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar.

O utilitarismo, como o nome próprio nome já sugere, é um teoria ética que acredita na quantificação do bem como forma de utilidade (felicidade ou prazer). A origem dessa corrente filosófica se deu pela formulação de Jeremy Bentham, chamada de “o maior princípio da felicidade”, e a sua continuidade foi estimulada por Jonh Stuart Mill, que publicou a obra “Utilitarismo” em 1861.

Consequencialismo: peso moral de um ato é determinado exclusivamente pelos seus resultados.

Utilitarismo quantitativo: O agente moral deve sempre realizar um cálculo para prever o resultado de sua ação. Entre as possibilidades, o agente deve optar pela ação que proporcione a maior quantidade de prazer ao maior número de pessoas possível e pela maior quantidade de tempo.

Utilitarismo qualitativo: o prazer não pode ser observado somente pelos aspectos quantitativos (tempo e intensidade), pois existem distinções entre os seus tipos;

Dois ditos de prazer: o primeiro, superior, é atrelado às emoções, cognições e sentimentos; o segundo, ao carnal. Prazeres intelectuais, culturais e espirituais são mais importantes que físicos. É preciso que o indivíduo se conheça para escolher a que melhor atinja suas faculdades superiores.

Imperativo categórico

Tudo na natureza age segundo leis, exceto o ser humano (princípios dados pela consciência moral para agir racionalmente), atos (bons/maus) resultam da vontade e são avaliados.

Imperativo: pode significar uma ordem qualquer;

Hipotético: ação como meio de alcançar outra coisa que se queira; ex.: agir por benefícios (prazer, coisas, etc).

Categórico: visa ação necessária a si mesma; ex.: voltado a realização da ação tendo em vista o dever.

- Faz da vontade humana verdadeiramente moral;
- Rejeita concepções éticas para ação moral a partir de condicionantes (ir para o Paraíso, ser feliz ou evitar dor);
- Agir moral: funda-se na razão.

Kant propôs três formulações para o imperativo categórico:

- Age como se a máxima de tua ação devesse ser transformada em lei universal da Natureza.
- Age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na outra pessoa, sempre como um fim e nunca como um meio.
- Age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais.

Por conta desse conceito de lei, o imperativo categórico também era designado de imperativo universal.

Autonomia (liberdade)

A existência da lei moral se impõe à consciência como um fato da razão, e esse “fato” se pode explicar apenas caso se admita a **liberdade**. As pessoas adquirem consciência da liberdade justamente porque antes de tudo têm consciência do dever. O fato de existir o dever informa, por si mesmo, que algo poderia ter sido feito de modo diferente, mas não foi. Por exemplo, quando alguém se arrepende de ter feito algo errado, é razoável supor que esse sentimento só existe porque ela considera que deveria ter feito algo diverso do que fez e, não só, que poderia ter feito algo diverso do que fez. O dever parece implicar o poder e, portanto, a liberdade de fazer ou não fazer. Do contrário, não faria sentido sentir arrependimento – afinal, se não houvesse escolha, não haveria responsabilidade pelos atos, e não havendo responsabilidade, não haveria dever.